



SENADO FEDERAL
EMENDA ADITIVA

PLP 68/2024
00798-U

EMENDA Nº _____, DE 2024
(AO PLP 68, DE 2024)

Institui o Imposto sobre Bens e Serviços IBS, a Contribuição Social sobre Bens e Serviços - CBS e o Imposto Seletivo - IS e dá outras providências.

Inclua-se o § 6º ao art. 105 do PLP nº 68/2024, com a seguinte redação.

Seção III
Da Desoneração da Aquisição de Bens de Capital

“Art. 105. Ato conjunto do Poder Executivo da União e do Comitê Gestor do IBS poderá definir hipóteses em que importações e aquisições no mercado interno de bens de capital serão realizadas com suspensão do pagamento do IBS e da CBS.

§ 1º O ato conjunto de que trata o caput deste artigo discriminará os bens alcançados e o prazo do benefício.

(...)

§ 5º Aplica-se o benefício de que trata este artigo, independentemente do ato conjunto de que trata o caput deste artigo, à aquisição de veículos autopropulsados pesados, máquinas e equipamentos destinados ao ativo imobilizado do adquirente, inclusive em relação às importações, ~~hipótese em que a suspensão dar-se-á pelo prazo de 90 (noventa) dias.~~

§ 6º Na hipótese de não ser editado o Ato conjunto previsto no caput até 1º de janeiro de 2027, aplica-se o disposto no § 5º a todos os bens de capital importados ou adquiridos, até a edição do referido Ato.

JUSTIFICAÇÃO

A aprovação da Reforma Tributária por meio da EC 132/23 primou pela simplificação do sistema tributário nacional, com a reunião de legislações



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1068795814>



SENADO FEDERAL
EMENDA ADITIVA

federais, estaduais e municipais em uma normatização única, que estabelecerá regras uniformes aplicáveis por todos os entes federativos, sendo vedada a criação de regimes diferenciados ou benefícios fiscais, salvo aqueles expressamente autorizados no texto constitucional.

Nesse contexto, e tendo em vista a extinção dos atuais regimes especiais de incentivo para setores da infraestrutura, que estabelecem benefícios fiscais para a aquisição de bens de capital, necessários à atividade produtiva, a Emenda Constitucional relegou à Lei Complementar a competência para definir a manutenção de determinados regimes, bem como para dispor sobre regras de desoneração na aquisição desses bens.

Segundo o disposto na EC 132/23, a desoneração na aquisição de bens de capital poderia ser implementada, nos termos da Lei Complementar, por meio de (i) crédito integral e imediato dos tributos; (ii) diferimento ou (iii) redução em 100% das alíquotas do IBS e da CBS.

Na primeira versão da regulamentação encaminhada pelo Poder Executivo, tal determinação não foi cumprida e, salvo pela manutenção de regimes específicos como o REIDI e o REPORTO, o PLP 68/24 não trouxe regras de desoneração na aquisição do CAPEX, à exceção da previsão genérica de devolução de créditos em 60 dias.

Por óbvio, a regra de devolução de créditos em 2 meses não configura uma hipótese de “crédito integral e imediato”, tampouco uma efetiva desoneração, de forma que a versão original do projeto não atendia a determinação constitucional.

Daí porque a Câmara dos Deputados alterou a proposta encaminhada pelo Executivo para estabelecer que o Comitê Gestor e o Poder Executivo devem editar Ato Conjunto para definir hipóteses em que importações e aquisições no mercado interno de bens de capital serão realizadas com suspensão do pagamento do IBS e da CBS, posteriormente convertida em alíquota zero após a incorporação do bem ao ativo imobilizado.

Foi estabelecida regra específica para aquisição de veículos autopropulsados pesados, máquinas e equipamentos, que dispensam a edição do referido Ato Conjunto, sendo que a suspensão ocorrerá pelo prazo de 90 dias.

No entanto, a redação proposta pela Câmara traz ainda pontos que necessitam melhoria. O primeiro deles diz respeito ao prazo de 90 dias estabelecido para a aquisição de veículos autopropulsados pesados, máquinas e equipamentos. Isso, porque a redação não esclarece o que ocorrerá após ultrapassado esse prazo – além do fato de não haver tal determinação para a aquisição de outros bens.





SENADO FEDERAL
EMENDA ADITIVA

Ora, há determinados equipamentos e maquinários que levam prazo superior a 90 dias para sua incorporação ao ativo fixo. Ademais, para importações, eventuais restrições impostas pelo fiscal aduaneiro podem adiar essa incorporação. Nessas hipóteses, o limite temporal imposto pelo PLP parece propor que o contribuinte deva promover o pagamento do tributo caso não incorpore o bem ao ativo fixo a tempo, sendo obrigado a requerer a posterior devolução dos créditos.

Seria mais apropriada a exclusão desse limite temporal – ou que a sua duração fosse estabelecida pelo Ato Conjunto, de maneira mais adequada e condizente com a natureza dos bens, sem trazer maiores óbices à aquisição dos bens destinados ao ativo permanente. Por isso, se propõe a exclusão do prazo estabelecido.

Outro ponto que merece ser aprimorado é a definição de um prazo para que o Comitê Gestor e a União editem o referido Ato Conjunto, caso contrário, a regra corre o risco de se tornar letra morta dada a inércia desses entes. Propõe-se que a edição do Ato ocorra até a entrada em vigor da CBS, a partir do primeiro dia útil de 2027, quando serão extintos os regimes especiais.

E, na hipótese de não ser editado referido ato, é necessário algum instrumento de *enforcement*, de forma que a inércia da União e do Comitê Gestor não prejudique as operações de contribuintes que dependam da desoneração estabelecida pela EC 132/23.

Nesse sentido, propõe-se que, na ausência da edição do Ato Conjunto, **seja estendida a previsão do §5º**, que dispensa referido Ato na desoneração da aquisição de veículos autopropulsados pesados, máquinas e equipamentos, **para todos os demais bens classificáveis como ativo fixo, até que o tema venha a ser regulamentado.**

Diante do exposto, solicito o apoio de meus nobres pares nesta Casa para a aprovação desta emenda, de forma a garantir a efetividade da norma constitucional de desoneração na aquisição de bens do ativo fixo.

Sala da comissão, 15 de agosto de 2024.

Senadora Professora Dorinha Seabra



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1068795814>



SENADO FEDERAL
EMENDA ADITIVA
(UNIÃO – TO)



Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1068795814>